

“A RUA É NÓIS”: uma agenda de pesquisa sobre migração, mobilidade e população em situação de rua

Maria Elisa Diniz Bucci¹

RESUMO

Viver nas ruas é uma realidade presente nos centros urbanos. Este trabalho teve como objetivo analisar a conexão existente entre migração, mobilidade e população em situação de rua para criação de uma agenda de pesquisa sobre o tema. Trata-se de uma análise de conteúdo de artigos de periódicos listados no Portal Periódicos CAPES no âmbito dos assuntos abordados. Os resultados encontrados demonstraram a necessidade de realização de novos estudos na área, uma vez que poucos são os trabalhos que abordam a conexão entre migração, mobilidade e situação de rua. Uma agenda para estudos futuros foi proposta.

Palavras-chave: População em situação de rua; Mobilidade espacial; Cidades; Políticas públicas.

Área temática: Demografia

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

1. INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Milhares de pessoas vivem na e da rua, sendo um processo excludente e de difícil saída (ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005). Segundo os autores supracitados, a nomenclatura “em situação de rua”, demonstra justamente a “transitoriedade” que pode estar relacionada com este período de vivência nas ruas. Além disso, as políticas públicas na área, apesar de terem caráter mais assistencialista, não são inclusivas (ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005).

Enquanto Aguiar e Iriart (2012) destacaram a apreensão com a violência, o medo de ataques noturnos, a fome e a dificuldade de acesso à água potável, Bottil *et al.* (2009) pontuaram problemas relacionados à saúde mental desta população, uma vez que “homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte apresentam problema de saúde mental, principalmente os relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas e transtornos mentais”.

Pensando nisso, sabe-se que existem diversas vulnerabilidades relacionadas ao processo saúde-doença ao qual os indivíduos vivendo em situação de rua estão expostos, que incluem desde precárias condições de vida até dificuldade em acessar serviços básicos de saúde. Um exemplo disso pode ser encontrado nos resultados de um estudo feito com a população em situação de rua de Salvador/BA, a qual estes indivíduos associaram a saúde com “a capacidade de estar vivo e de resistir ao cotidiano de dificuldades nas ruas” e a doença como o “estado de debilidade a ponto de não poder trabalhar, a impossibilidade de batalhar e ganhar dinheiro, o impedimento de realizar tarefas simples, ou, no caso extremo, do organismo não suportar o sofrimento, enfraquecer e sucumbir” (AGUIAR; IRIART, 2012).

A motivação central do presente trabalho parte do aumento considerável da população em situação de rua entre o período de 2012 a 2020 no Brasil, cerca de 140% (NATALINO, 2020). Além disso, a falta de estudos demográficos na área justifica a escolha da temática, sendo que esta população caracteriza um problema encontrado nas cidades, carecendo de atenção. Levando em consideração o município de Belo Horizonte/MG, nos últimos anos, segundo dados levantados no Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, entre dezembro de 2013 e setembro de 2020, houve um aumento de cerca de 303% nas famílias em situação de rua cadastradas no sistema (CECAD, 2021). As precárias condições de vida dessa população, a dificuldade em acessar serviços de saúde (AGUIAR; IRIART, 2012) e o aumento expressivo dessa população nos centros urbanos brasileiros demonstram a importância de se realizar trabalhos na área.

Além disso, a vulnerabilidade social presente no meio urbano está diretamente atrelada à injustiça ambiental e aos riscos ambientais aos quais estas populações estão expostas (CARTIER *et al.*, 2009). Assim, o presente estudo tem como objetivo principal analisar a conexão existente entre migração, mobilidade e população em situação de rua por meio de uma análise de conteúdo. A abordagem a ser utilizada gera dois eixos centrais de questões a serem trabalhados – migração e mobilidade –, e tem como principais questões a serem respondidas: “Como a migração contribui para que as pessoas passem a viver nas ruas?” e “Como a mobilidade da vida nas ruas interfere nas condições de saúde dessa população?”.

2. ALGUNS INDICADORES: A SITUAÇÃO DE RUA EM BELO HORIZONTE/MG E SÃO PAULO/SP

São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG são duas metrópoles brasileiras que buscam realizar a contabilização da população em situação de rua por meio da realização de censos. No que tange à quantidade de recenseados, em São Paulo/SP foram contabilizadas 31.884 pessoas em situação de rua no censo realizado em 2021 (SMADSSP, 2021). Este número sofreu duras críticas de lideranças na área, que apontaram uma subestimação dos dados coletados. O Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, falou em suas redes sociais sobre as informações divulgadas pela Prefeitura de São Paulo:

O aumento é maior que este que a Prefeitura está apontando. Hoje, nenhuma entidade independente que atua com a população de rua dá crédito a esse

número. O número de pessoas em situação de rua em São Paulo é mais, bem mais, que 31 mil pessoas. Esse censo, que custou R\$ 1.700.000,00, feito pela Qualitest, tem vários problemas metodológicos e mostra um dado abaixo do real. Então, o drama que nós estamos vivendo, a crise humanitária em São Paulo é ainda maior. O número de famílias ainda é maior. O número de mulheres com crianças e de jovens, que estão andando pelo Brasil procurando trabalho, é ainda maior do que o censo mostra (LANCELLOTTI, 2022).

Já em Belo Horizonte, o último censo realizado foi em 2013. A postergação na realização de um novo censo dificulta a quantificação e, conseqüentemente, gera uma insuficiência nas políticas públicas da área. Todavia, conforme divulgado na imprensa (JORNAL ESTADO DE MINAS GERAIS, 2022), a Prefeitura de Belo Horizonte trabalha para realizar um novo censo ainda em 2022. Em seu último levantamento, os dados apontaram a identificação de 1.827 pessoas em situação de rua no município, valor superior aos outros dois censos dessa população realizados no município (Figura 1; PBH, 2014). No entanto, em levantamento realizado no sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, em Belo Horizonte/MG, apenas em setembro de 2020 tinham 8.871 famílias em situação de rua cadastradas (CECAD, 2021).

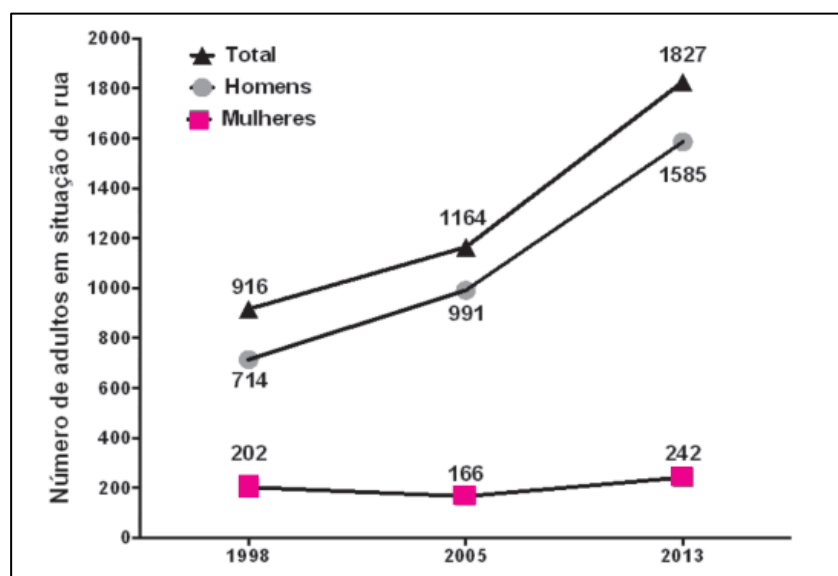


Figura 1: Tamanho estimado da população de rua nos três censos realizados no município de Belo Horizonte/MG (Fonte: PBH, 2014).

Em termos demográficos, a migração é uma componente que afeta diretamente o fato de pessoas passarem a viver nas ruas tanto em termos de virem de um outro local de origem, como também relacionada à alta mobilidade destes indivíduos nos centros urbanos. No último censo divulgado pela Prefeitura de Belo Horizonte, 39,7% dos entrevistados vieram de outras cidades do Estado de Minas Gerais e 24,5% emigraram de outro estado, diferente dos valores encontrados pelos outros censos realizados (Figura 2; PBH, 2014). Segundo o documento supracitado, os motivos que levaram estes indivíduos a emigrarem para Belo Horizonte/MG foram: a procura de trabalho (47,2%), acompanhar alguém da família que emigrava (18,4%), conflito familiar (17,8%), por considerar Belo Horizonte uma cidade acolhedora (8,75%), tratamento de saúde (6,25%), porque foi ameaçado (3,1%), para cumprir pena na prisão (0,9%) e por outros motivos (19,9%).

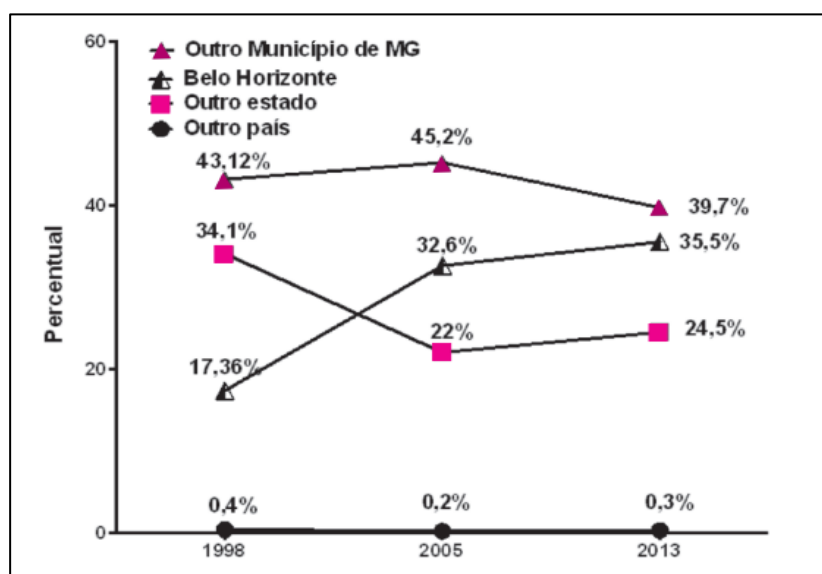


Figura 2: Origem da população de rua nos três censos realizados no município de Belo Horizonte/MG (Fonte: PBH, 2014).

A realidade divulgada pelo município de São Paulo/SP indicou que 4,2% dos entrevistados estão nas ruas devido a movimentos migratórios, sendo que, em relação ao local onde ficava a última moradia convencional destes indivíduos, 31,7% declararam que essa ficava fora da cidade de São Paulo/SP (SMADSSP, 2019). Ainda conforme o mesmo documento, a mobilidade dessa população dentro do município de São Paulo/SP está limitada a fatores econômicos, à falta de moradia e relacionados à hostilidade que esse ambiente impõe. Os principais motivos listados pelos entrevistados em São Paulo/SP pela mudança frequente de lugar foram: a falta de vagas nos centros de acolhida (20,8%), a procura de trabalho (15,8%), brigas com outras pessoas em situação de rua, com 11,5%, falta de segurança e ameaças de morte (SMADSSP, 2019).

Em relação a termos de saúde coletiva, em Belo Horizonte/MG, foi relatado agravos por doenças infecciosas (HIV/AIDS, hepatites B e C) (10,44%), psiquiátricas (23%) e respiratórias (4,2%) e alguma deficiência (24,1%) no último censo realizado com esta população em 2013 (PBH, 2014). Além de outras causas, estes mesmos agravos também foram notificados em São Paulo/SP em 2019, sendo que hepatite foi relatada por 12% dos entrevistados, HIV/AIDS em 5,4%, depressão em 29,6%, doenças respiratórias em 18,8% e alguma consequência de acidentes em 21,4% (SMADSSP, 2019). Conforme destacado por Aguiar e Iriart (2012), existe uma dificuldade desta população em ter acesso aos serviços de saúde, inclusive, 9,0% dos indivíduos entrevistados em São Paulo/SP relataram não fazer nada para resolver seus problemas de saúde (SMADSSP, 2019).

Por fim, como pode ser visualizado com os argumentos prévios levantados sobre migração e saúde nos censos de população de rua dos municípios de Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP, é essencial e importante a elaboração de estudos para viabilizar a promoção de saúde e a construção de políticas públicas para estes sujeitos, que tanto são indesejados e vulnerabilizados perante à sociedade. Responder às perguntas e investigar os fatores que abrangem essa população pode ser complexo e repleto de nuances que ajudam a compreender as deficiências relacionadas à falta de moradia e de saúde e à desigualdade social.

3. METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho consistiu em uma análise de conteúdo realizada a partir de materiais encontrados no Portal Periódico CAPES/MEC, de entrevistas de lideranças na área disponibilizadas de forma *online* e da análise de relatórios de Censos de População de Rua dos municípios de Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP. A análise de conteúdo é definida, de modo resumido, como sendo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011; p. 44).

3.1. Estratégia de busca e de inclusão e exclusão do material

A busca pelo material foi feita utilizando o Portal Periódicos CAPES/MEC por meio da busca avançada existente no seguinte endereço: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Os grupos de palavras-chave utilizados para procurar o material de interesse foram: “população em situação de rua” e “migração” e “população em situação de rua” e “mobilidade”. Tais grupos de descritores foram colocados entre aspas a fim de se obter uma melhor filtragem dos artigos listados, uma vez que pode ser encontrado outros materiais que não sejam de interesse para a análise de conteúdo realizada. Estas palavras foram procuradas nos títulos, resumos e nas palavras-chave dos estudos pesquisados.

Os seguintes critérios de inclusão foram utilizados: i) periódicos revisados por pares; ii) artigos; iii) anos: 2011-2021; iv) estar publicado em inglês, espanhol ou português; v) considerar as categorias migração e mobilidade (Figura 3). No que concerne aos critérios de exclusão, eles são todos contrários aos da inclusão. Ainda assim, com o intuito de enriquecer o debate e de demonstrar indicadores na área, foram utilizados os relatórios de censos de população de rua realizados pelas prefeituras de Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP como forma de quantificar a população em situação de rua existente nestas localidades (Figura 3).

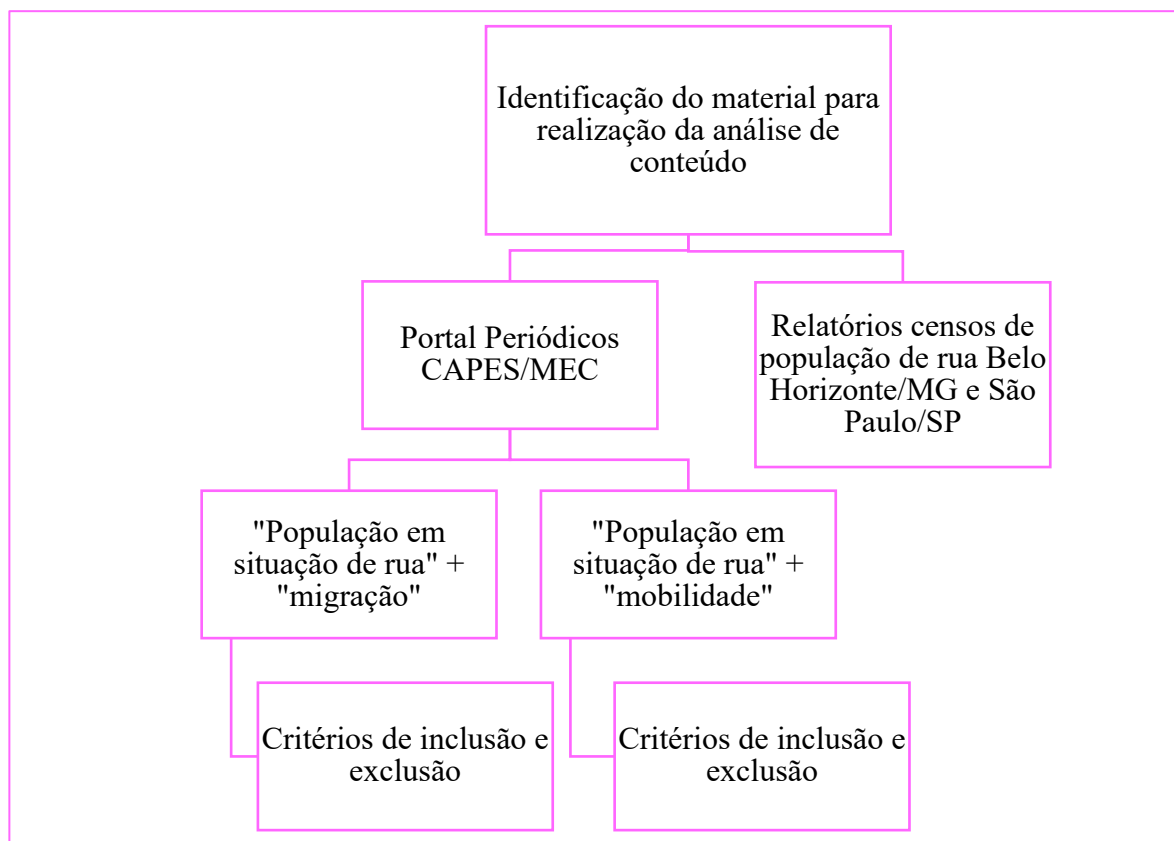


Figura 3: Diagrama de fluxo para identificação, inclusão e exclusão de material para realização da análise de conteúdo (Fonte: Elaboração própria).

3.2. Análise dos dados

A técnica utilizada para analisar o material selecionado, como dito anteriormente, é a análise de conteúdo. Ainda conforme Bardin (2011, p. 44), esta técnica tem como objetivo inferir “conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Para realização da mesma, alguns passos foram seguidos.

Inicialmente, foi feita a seleção do material encontrado no Portal Periódicos CAPES/MEC levando em consideração as palavras-chave e os critérios de inclusão e exclusão listados anteriormente. Tais descritores foram buscadas nos títulos e, posteriormente, nos resumos dos trabalhos encontrados. Após realizar a seleção dos artigos pertinentes para a discussão apresentada no presente trabalho, informações como título, autor(es/as), tipo de trabalho, ano de publicação, tipo de metodologia utilizado e link de localização foram importados para uma planilha do Excel.

Assim, a análise realizada seguiu os três passos propostos por Simão *et al.* (2020): a pré-análise; a categorização e a análise do material. A pré-análise consiste, basicamente, na organização e leitura dos textos inicialmente selecionados. A categorização corresponde a agrupar em uma mesma categoria temas que possuem um mesmo sentido. E, por fim, a análise do material foi realizada com base nos trabalhos selecionados e na discussão acerca da conexão entre migração, mobilidade e população em situação de rua.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Caracterização do material encontrado

Entre 2011 e 2021, um intervalo de dez anos, tiveram poucos artigos publicados que associassem migração ao estado de situação de rua de um indivíduo, totalizando 14 selecionados (Tabela 1). Já em relação ao tema de mobilidade, foram nove selecionados (Tabela 1). Esses valores demonstram a importância de realizar novos trabalhos na área de migração e mobilidade, uma vez que esta população sofre influência dessas componentes e é extremamente móvel dentro do ambiente urbano.

Tabela 1: Número de publicações, segundo o tipo de texto.

Materiais levantados na pré-análise		
Tipo de material	Número de publicações total	Número de publicações revisada por pares
Artigos	54	38
Total	54	38
Materiais selecionados e categorizados		
Artigos	Número de publicações revisada por pares	Número de publicações selecionadas
Migração	20	14
Mobilidade	18	9
Total	38	23

Fonte: Elaboração própria, conforme dados do Portal Periódicos CAPES/MEC.

No que tange a seção direcionada à migração, existem 34 autores distintos entre os 14 trabalhos selecionados, sendo que apenas um deles apresentou dois trabalhos publicados na área, Pedro de Andrade Calil Jabur. Isso indica que, entre os diversos autores listados, não existe uma linha de pesquisa direcionada ao estudo da população em situação de rua e a migração. Já em termos dos anos destas publicações, a maioria se concentra nos anos 2018, 2020 e 2021, demonstrando, de certa forma, uma crescente preocupação com a área (Figura 4). Em termos da metodologia destes artigos, 64,3% apresentaram metodologia quantitativa, 7,1% como trabalho de campo e 28,6% um método de revisão de caráter exploratório e descritivo. A maioria dos trabalhos qualitativos na área pode ser um indicativo da dificuldade de encontrar dados quantitativos para a realização de trabalhos.

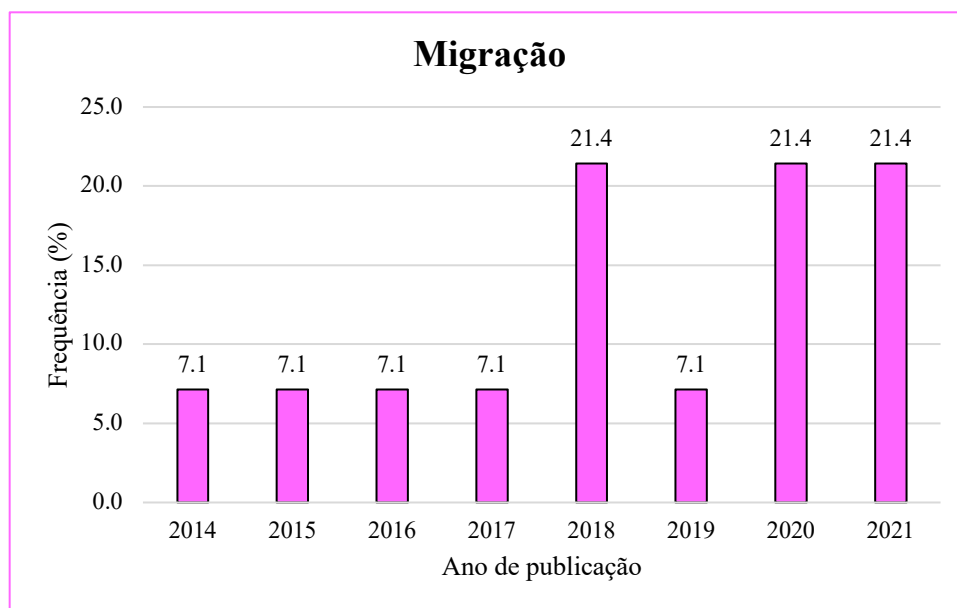


Figura 4: Frequência em porcentagem das publicações selecionadas sobre migração, segundo ano de publicação (Fonte: Elaboração própria, conforme dados do Portal Periódicos CAPES/MEC).

Já em termos de mobilidade, ao todo, foram nove artigos selecionados, sendo que seis destes já haviam sido encontrados na busca relacionada à migração. Foram contabilizados 17 autores distintos para os nove artigos selecionados e nenhum deles tiveram mais que um trabalho publicado na área. Isto, assim como acontece em termos de migração, também pode indicar que não existe uma linha de pesquisa específica para mobilidade e população em situação de rua. Em termos dos anos de publicação, verificou-se uma oscilação de publicações com o decorrer dos anos, do qual 2016, 2018 e 2020 detém a maior quantidade de materiais selecionados (Figura 5). Por fim, existe uma hegemonia de trabalhos qualitativos, representando 55,6% das publicações, e de dados de caráter de revisão e exploratório, 33,3%, e apenas um deles foi caracterizado como trabalho de campo (11,1%). Tais resultados, como já mencionado, podem representar uma dificuldade da área em ter dados quantitativos sobre a temática.

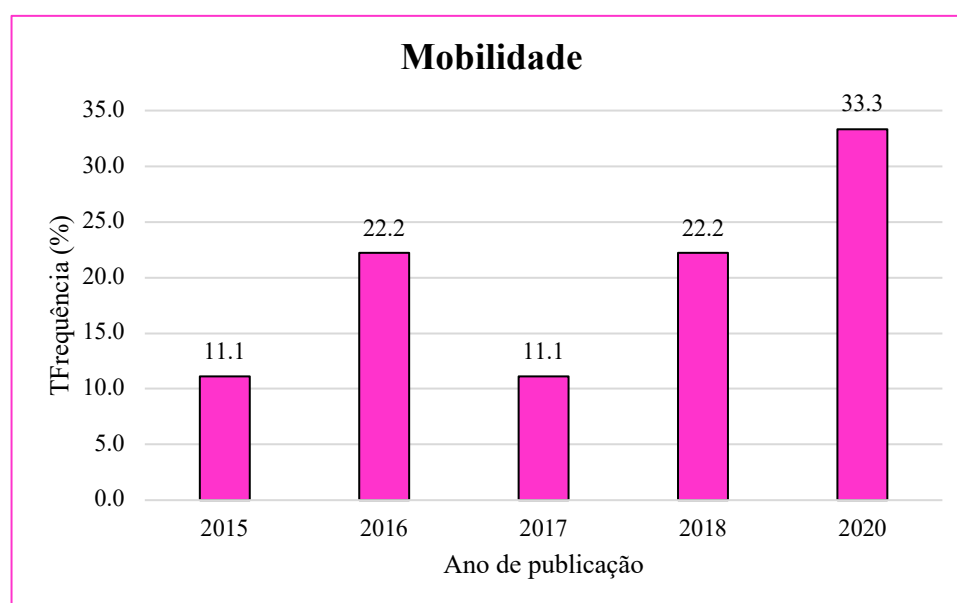


Figura 5: Frequência em porcentagem das publicações selecionadas sobre mobilidade, segundo ano de publicação (Fonte: Elaboração própria, conforme dados do Portal Periódicos CAPES/MEC).

4.2. Situação de rua, migração e mobilidade

Existem vários fatores que levam as pessoas a viverem nas ruas: a falta de habitação, que é um fenômeno heterogêneo devido aos múltiplos fatores que levam a isso; o rompimento de vínculos familiares e a falta de acolhimento que um lar deveria representar; o desemprego e a falta de renda; a migração e o estigma de fracasso que representa o retorno ao seu lugar de origem; entre outros (ROBAINA, 2016). Conforme demonstrado pela discussão feita pelo autor supracitado, existe uma grande lacuna em termos de pesquisa sobre a dimensão espacial e a mobilidade relacionada a esta população que, diferentemente do que muitos pensam, não possuem uma aleatoriedade em seus movimentos, sabendo onde e quando passar, onde deve-se permanecer e reconhecendo seus limites dentro da ordem social.

Por meio de análises das histórias de vida no trabalho realizado por Oliveira e Costa (2015), é possível notar que a “experiência de rua” (p. 351) é proveniente do enfraquecimento do suporte fornecido pela família e do consequente rompimento de laços; dos prazos e os regramentos existentes em abrigos provisórios; de saber quais instituições e redes de assistência que existem e que podem auxiliar nesta situação; da “liberdade” do cotidiano da rotina das ruas, que é inexistente em abrigos; e da resiliência para uma possível reestruturação de vida. Ao observar todos estes fatores, é possível verificar a existência de uma rede de mobilidade espacial e social dentro destes fatores. Segundo listado por Freitas, Justo e Peres (2018), a população em situação de rua “resiste” por não ser capaz de seguir normas impostas pela sociedade:

Os andarilhos, trecheiros e pessoas em situação de rua resistem por apenas estar e utilizar os espaços de uso comum, por não seguirem os padrões higienistas, por não terem emprego e por recusarem os modelos instituídos de família; por perverterem a relação entre público e privado, por retornarem aos espaços públicos dos quais são retirados, em suma, sua atitude de aparente desinteresse também se torna uma forma de resistir (FREITAS; JUSTO; PERES, 2018, p. 114).

Dessa forma, nota-se uma evolução da visibilidade destes indivíduos na sociedade. A visão inicial partia de um problema relacionado à caridade – devido a esta população estar sempre se movendo e não terem local para se alojar – e evolui para uma perspectiva de um problema de ordem pública após diversas notícias de grande comoção nacional, que mostraram a violência que esta população sofre rotineiramente (FILGUEIRAS, 2020). A mesma autora ainda relata que pessoas que vivem nas ruas “circulam pela cidade, por serviços de atendimento, abrigos diurnos e noturnos, locais de distribuição de roupas e alimentos” e são considerados indivíduos indesejáveis, mas não invisíveis, pois “sua presença incomoda e perturba a ordem espacial, as normas de ocupação, circulação e permanência nos espaços da cidade” (p. 118). Freitas, Justo e Peres (2018) descreveram que, por essa população ser rejeitada, ignorada e mantida à distância da sociedade, ela acaba tendo que desenvolver estratégias de sobrevivência necessárias.

Viver no ambiente hostil das ruas traz muita apreensão e medo para esta população. Assim como Aguiar e Iriart (2012) destacaram a apreensão com a violência e o medo de ataques noturnos, pontuaram na perspectiva feminina os diversos desafios da violência de gênero presente nos caminhos percorridos nas ruas e da exclusão social que a situação de rua gera sobre as mulheres, uma vez que “assegurar sua própria vida é vantagem em relação à realidade imprevisível do cotidiano nas ruas” (p. 5). A mobilidade de dependentes químicas também é retratada no artigo supracitado, que frisou, ainda, o sofrimento da autocensura, o banimento dos afetos e a invisibilidade do sofrimento que a dependência química causa.

Um outro grupo que vive com a hostilidade deste ambiente é a comunidade LGBT que vive nas ruas. Conflitos familiares relacionados à identidade de gênero são um dos principais motivos pelos quais indivíduos LGBT’s passam a viver nas ruas, todavia, deve-se ter cautela com este discurso, uma vez que cada indivíduo possui sua própria singularidade (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2018). Segundo as entrevistas realizadas pelos mesmos autores, a mobilidade dessa população começa, então, com a

saída de sua casa e, pelas suas condições econômicas e de extrema pobreza, acabam por viver nas ruas e experimentar o uso de drogas, a dificuldade de procurar lugares seguros para dormir e, até mesmo, podem passar a trabalhar com reciclagem como alternativa. Tais aspectos demonstram que a mobilidade nas ruas está diretamente atrelada a questões de saúde coletiva.

Uma outra discussão sobre a mobilidade dessas pessoas nas ruas está relacionada à desapropriação de imóveis e a falta de moradia destas pessoas, tornando-as “refugiadas” dentro do próprio meio urbano em que vivem. Segundo Carriconde (2020), estes indivíduos deslocam-se pela cidade com o objetivo de manterem-se vivos, visto que a estratégia adotada pelo município do Rio de Janeiro/RJ era tornar esses indivíduos sempre “inassentáveis” e móveis, ou seja, em trânsito permanente:

Com refugiados urbanos, destacam-se corpos ameaçados e perseguidos por forças armadas que submetem ao terror populações dentro de territórios nacionais, que devem se deslocar pela cidade como recurso último para manterem-se vivos. São pessoas sozinhas, em dupla ou grupos afetivos (em diversos arranjos familiares) destituídas dos meios através dos quais mantêm sua subsistência, instrumentos de trabalho, moradia, rede de afetos e/ou suporte material, e que passam a viver transitoriamente entre vagas – de ruas, instituições de “acolhimento”, casa de conhecidos, quartos de pensão, ocupações. E, no contexto sobre o qual nos debruçamos, essas pessoas, ao passo em que foram sendo produzidas como refugiadas urbanas, foram sendo postas a circular por outra maquinaria estatal (CARRICONDE, 2020, p. 94).

A relação dos indivíduos com os espaços na cidade não é algo que pode ser generalizado. Este achado corresponde ao estudo com relatos de vida realizado por Jabur, Conceição e Silva (2015) em Brasília/DF. Os autores mencionaram também destacaram as particularidades dentro de cada história narrada, sendo o indivíduo o responsável por suas escolhas e reações. A migração analisada por estes autores não é apenas a mudança em si para Brasília, mas a “própria condição, real e metafórica, da qualidade da trajetória desses indivíduos a partir dos usos e impedimentos que fazem e encontram” (p. 208) nesta cidade. Assim, os entrevistados da pesquisa, além de relatarem a necessidade de viver buscando esconderijos para seguirem construindo sua vida, relatam também a solidão que a vida nas ruas causa, uma vez que o contato com outras pessoas é rápido e momentâneo.

Migrar e ficar sem a família é um processo solitário e que causa gatilhos nesta população. Segundo estudo realizado por Jabur *et al.* (2014) em Brasília/DF, os entrevistados relataram o uso do álcool como forma de esquecer a inexistência de vínculos afetivos causadas pela distância existente entre eles, que migraram, e aqueles que permaneceram no seu lugar de origem. A migração, segundo os mesmos autores, representa um processo de ruptura social, tornando estes indivíduos isolados, adoecidos e vulneráveis, uma vez que “não é somente o conjunto e a natureza de laços sociais que se desfazem abruptamente, mas também a maneira como esses fiapos de relação, vínculo e realidade, são vividos e percebidos pela sociedade e pelo contexto em que esse indivíduo se encontra” (p. 129). Apesar de Brasília ter sido vista, inicialmente, como um centro gerador de oportunidades, ela se torna uma cidade repleta de pesadelos para os entrevistados deste estudo, que buscavam uma vida melhor e acabaram por ficar em situação de rua.

Ainda em termos do uso de drogas, no Brasil, historicamente, existem “lugares de exclusão social destinados a todos aqueles considerados lúpens sociais (indesejáveis)”, dado que pessoas em situação de rua e dependentes químicos fazem parte deste grupo (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p. 6). Ainda de acordo com os autores supracitados, manicômios, penitenciárias e as ruas são espaços pelos quais estas pessoas indesejáveis acabam ocupando devido a uma perspectiva higienista, autoritária e coercitiva da gestão pública. Assim, além de se mover pelas ruas e cracolândias, estes usuários se movem entre “prisões e manicômios, sem nenhuma resolutividade para suas demandas, como um calvário para o suplicio de suas lutas e sobrevivência com o álcool e/ou outras drogas” (p.15).

A dificuldade destes indivíduos em se mover para procurar por serviços de saúde também é relatado por Zuim e Trajman (2018), que relataram as dificuldades da população em situação de rua acometida pela tuberculose em encontrarem atendimentos mais humanitários, uma vez que existem situações

conflituosas entre os pacientes e alguns profissionais de saúde. Segundo as autoras, estes indivíduos procuravam ter atendimento em locais onde já foram aconselhados a ir, buscando ter um tratamento mais efetivo contra os seus agravos. Quando eles não conseguiam este atendimento, iniciava-se uma perambulação até encontrarem um serviço de saúde capaz de atendê-los, sendo necessário, até mesmo, se automedicar.

No Brasil, no entanto, existe um serviço móvel itinerário de atendimento assistencialista da população em situação de rua, o Consultório na Rua. Este serviço móvel garante uma maior equidade ao acesso de serviço de saúde, dado que ele é capaz de se adaptar à mobilidade desta população e, conseqüentemente, ampliar o alcance de atendimentos realizados (BORYSOW; CONILL; FURTADO, 2017). Conforme os autores supracitados, “a contratação direta pelo órgão público garante estabilidade e favorece a manutenção de vínculos” (p. 887) entre os serviços oferecidos pelo Consultório na Rua e os indivíduos que dependem dele. Dessa forma, é verificada a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento prestado a este público.

Além da mobilidade existente dessas pessoas nas ruas, existe também a mobilidade destes indivíduos dentro de instituições assistencialistas. Esse é o caso de Raísa, relatado no trabalho feito por Nasser (2018), que buscou atendimento no extinto programa municipal De Braços Abertos para moradores da Cracolândia em São Paulo/SP, mas não obteve sucesso. Uma alternativa dada a ela foi a vaga de pernoite em um albergue do município, no entanto, o ambiente insalubre destes locais combinado com seus regramentos e burocracias não foram atrativos para ela. O fato de a vaga não ser permanente implicava em um deslocamento diário que, além de tomar o tempo livre, ainda rendia certa tensão pela possibilidade de existir conflitos futuros.

Além do atendimento à saúde, uma outra organização que pode ajudar no acolhimento desta população é uma biblioteca pública. Conforme mostrado por Brito, Beluzzo e Almeida Júnior (2021), estes espaços garantem o acolhimento e o “sedentarismo” desta população, uma vez que elas podem escolher entre permanecerem em movimento nas ruas ou fixadas neste ponto. Ademais, ainda segundo os autores supracitados, ter acesso a uma biblioteca pode proporcionar uma maior fonte de informação e de pensamento crítico, sendo um meio para que estas pessoas possam ser transformadas e resgatadas. Outro estudo que demonstra a importância da educação e de escolas na vida de jovens em situação de rua para mudar sua realidade foi aquele realizado por Souza e Vieira (2021), que mencionam, ainda, o acesso à higiene e alimentação que o ambiente estudantil gera para estes estudantes em situação de vulnerabilidade.

Todavia, toda esta discussão sobre educação e situação de rua entra na mesma daquela sobre o acesso aos serviços de saúde: os profissionais das bibliotecas públicas e das escolas são capazes de atender esta população? Até onde este serviço seria acessível para este público? Apesar do acesso à informação ser essencial para gerar uma população capaz de pensar criticamente, é possível notar que esta realidade está aquém da maioria dos brasileiros, até mesmo daqueles que não se encontram em situação de rua. Nesse sentido, o maior desafio seria proporcionar a sensibilização dos profissionais da área e das pessoas em situação de rua sobre a importância da educação na sua ressocialização. Tarefa que é árdua, mas não impossível.

A busca por uma alimentação digna também gera o deslocamento da população em situação de rua nas cidades nas cidades. Na pandemia de COVID-19, houve estratégias adotadas para distribuir refeições para estes indivíduos, sendo o acesso universal de restaurantes populares e cozinhas comunitárias garantido devido a distribuição gratuita de alimentos ou por um valor simbólico (GURGEL *et al.*, 2020). Ainda segundo estes autores, a crise advinda da pandemia evidenciou a importância do poder público em garantir medidas de proteção social e acesso à alimentação saudável para aqueles mais vulneráveis.

Por fim, é relevante mencionar que a migração e a mobilidade social fazem parte da caracterização desta população, sendo essencial a elaboração de políticas que possam garantir os direitos necessários para a inserção dessa população no novo local de destino. Essa discussão foi realizada por Sato e

Barros (2016), que discutiram a necessidade de mobilização da sociedade e de organizações para promover o acesso de direitos e serviços de migrantes e a necessidade de ter uma nova “agenda de pesquisa sobre os desdobramentos da mobilidade na vida cotidiana, econômica, política e cultural” de pessoas que precisam deste tipo de suporte (p. 100).

4.3. Uma proposta de agenda de pesquisa sobre migração, mobilidade e população em situação de rua

4.3.1. Migração, mobilidade e urbanização

Para Singer (1975), a migração está condicionada à industrialização e aos fenômenos decorrentes dela. Sabe-se, contudo, que a industrialização e a urbanização são fatores que, de certa forma, estão interligados, já que a cidade passou a ser o lugar dotado de infraestrutura capaz de movimentar o capital e gerar trabalho. Nesse contexto, é possível observar a importância de realizar estudos na área que demonstrem a busca por novas oportunidades e uma vida melhor na população em situação de rua. Saber como o desemprego e a crise econômica afeta no surgimento e no aumento desta população é primordial para pensar em políticas públicas que contribuam para a diminuição da pobreza extrema que está atrelada ao fato de viver nas ruas.

Agora, levando em consideração as diferenças em termos de análise da mobilidade, Skeldon (2012) propõe uma análise mais regional e local, considerando as particularidades das condições sociais e econômicas de cada lugar, e Zelinsky (1971) acredita ser normal generalizar os padrões encontrados em uma dada localidade para as demais. Ao saber que a população em situação de rua é muito heterogênea, faz-se necessário realizar uma análise de caráter mais regional e local, de modo a levantar as particularidades e individualidades existentes desde a escolha de migrar até na capacidade de um indivíduo se manter móvel no ambiente urbano.

Uma outra análise que pode ser interessante neste quesito é a interferência de migrações temporárias para a população em situação de rua. As migrações temporárias e cíclicas, além de trazer remessas e promover um maior desenvolvimento, ainda capacita a mão de obra e auxilia na melhoria tecnológica para a área de origem (PORTES, 2009). Assim, investigar a interferência de um movimento cíclico no agravamento desta vulnerabilidade social é essencial para entender a dinâmica relacionada a esta população, ainda mais em um país como o Brasil, que existem empregos sazonais associados a um dado período de tempo no ano.

King, Skeldon e Vullnetari (2018) destacaram as causas de insucesso relacionadas à migração, destacando as barreiras de adaptação e as desigualdades existentes no local de destino, favorecendo a marginalização de migrantes. Eles mencionam, inclusive, que quanto maior a integração destes sujeitos na nova localidade, menor seria a possibilidade de eles retornarem ao seu lugar de origem. A motivação individual e as características do contexto social e cultural que contribuem para a tomada de decisão de migrar (KULU; MILEWSKI, 2007). Por fim, verifica-se a necessidade de realizar estudos que averiguem a relação entre os ciclos de vida dessa população e a mobilidade de viver nas ruas.

4.3.2. Migração, mobilidade, conflitos, saúde e ambiente e gênero

Existem três vertentes da mobilidade que estão associadas: conflitos, saúde e gênero. Inicialmente, o vínculo entre conflitos e migração é algo que vem sendo explorado na literatura, ainda mais com a crise humanitária que guerras causam, gerando movimentos em massa de populações. Inclusive, esta é uma das propostas de estudo na agenda descrita por Carling, Czaika e Erdal (2020). No entanto, levando em consideração a população em situação de rua, a existência de conflitos é algo rotineiro e particular e que acaba levando sua mobilidade dentro das cidades. Ainda, são poucos os estudos que abordam este tipo de movimento e os diversos fluxos que ele gera nas vias urbanas.

Ainda neste contexto de conflitos, é possível listar a violência de gênero existente entre a população em situação de rua. Apesar de a migração ser um processo majoritariamente masculino, existe um aumento da migração de mulheres, dado que características – incluindo o gênero – são específicas ao contexto pelo qual o migrante está inserido, dependendo unicamente do mercado de trabalho (DE HAAN, 1999). A hostilidade e a violência existente contra mulheres (NARDES; GIONGO, 2021) e a população LGBT (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2018) que vivem nas ruas foram pautas de alguns trabalhos levantados na análise de conteúdo. Todavia, ainda se nota que não existem trabalhos que relacionem a mobilidade destes sujeitos com conflitos. No caso das mulheres, ainda existe a pobreza menstrual e o fator-chave gravidez, que também pode influenciar na sua movimentação entre instituições assistencialistas.

Por fim, em termos de saúde e ambiente, analisar a mudança climática e a degradação ambiental como sendo causadoras de movimentos migratórios é um tanto quanto complexo, porque estes aspectos interferem diretamente na vida social e na saúde coletiva da população. Além disso, investigar os efeitos “reais” da migração na saúde levando em conta o fator seletividade é um tanto quanto desafiador devido, principalmente, a dificuldade de rastrear estes migrantes (NAUMAN; VAN LANDINGHAM; ANGLEWICZ, 2016). Black *et al.* (2011) pontuaram o conceito de vulnerabilidade e resiliência, destacando que não necessariamente os mais vulneráveis, isto é, aqueles que possuem menor resiliência, que vão se mover. No entanto, sabe-se que a saúde está diretamente atrelada às condições do meio ambiente em que vivemos e suas vulnerabilidades. Carling, Czaika e Erdal (2020) destacaram, inclusive, a importância de realizar novos estudos na área devido à existência de divergências sobre a temática ou, até mesmo, devido ao fato do vínculo entre ambiente e migração ainda não ter sido totalmente explorado.

Assim, devido à falta de literatura na área, uma proposta de agenda relacionada à migração e mobilidade é sua relação com os conflitos e a hostilidade da vida nas ruas e a falta de acesso a serviços de saúde, saneamento e higiene. Tais aspectos são essenciais para avaliar a vulnerabilidade desta população e como isto interfere na sua dinâmica demográfica. O mapeamento de todos os casos relacionados a estes fatores contribuiria para uma visão mais ampla e detalhada associada à segurança e saúde coletiva, que são primordiais para a construção de políticas públicas e para o planejamento ambiental e urbano adequado.

4.3.3. Migração, mobilidade, família e capital social

Wood (1982) propôs utilizar a unidade de domicílio para auxiliar na análise da migração, uma vez que existem “estratégias de sustento” e motivações relacionadas a ela. A migração funciona, então, como uma alternativa para melhorar a qualidade de vida de famílias. A estrutura familiar é o contexto pelo qual os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais afetariam na tomada de decisão de migrante, pois a migração seria como uma possível “saída” para as famílias que passam por algum percalço sinuoso (HARBISON, 1981). Os laços familiares estão presentes na estabilidade familiar, o que acaba por influenciar diretamente no movimento migratório (MINCER, 1978).

Todavia, existe uma complexidade da unidade familiar no debate sobre a migração, já que, além da dificuldade teórica, passa a ter uma dificuldade na metodologia empírica a ser aplicada, dado que a pesquisa deve ser focalizada em uma questão principal a ser respondida. Dessa forma, por mais que na esfera de algumas áreas científicas tenha a necessidade de comprovar as hipóteses levantadas com dados reais e empíricos, esta realidade é difícil de ser atingida neste tipo de abordagem. Analisar a estrutura familiar dentro do contexto da migração está atrelado às particularidades que envolvem cada família, podendo ter variáveis e parâmetros específicos a serem trabalhados.

Outro fator relacionado à decisão de migrar são as redes sociais. A diminuição do risco relacionada à informação dada por amigos e familiares que migraram contribui para que outras pessoas também almejem migrar, apesar de não ter condições financeiras para garantir segurança na mobilidade (CARLING; CZAIIKA; ERDAL, 2020). Segundo estes autores, a busca por um desenvolvimento econômico maior influenciaria pessoas a migrarem, sendo que, mesmo aqueles que não possuem

tantos recursos, podem migrar de forma fragmentada para acumular mais capital necessário para manter este movimento.

No contexto da população em situação de rua existem duas vertentes opostas relacionadas à família: a migração como alternativa para uma melhoria de sua conjuntura familiar e a saída do seu lar por desavenças existentes. As duas perspectivas possuem resultados semelhantes, uma vez que a visão de “fracasso” relacionado ao fato de não conseguir melhorar as condições da sua família e o rompimento de laços afetivos faz com que esta população se torne fragilizada e passe a viver nas ruas. Dessa forma, é importante avaliar o papel da unidade familiar na situação de rua, levando em consideração todas as heterogeneidades deste fenômeno e a individualidade da história de vida de cada sujeito. Além disso, por fim, seria importante investigar a relação existente entre os sujeitos que possuem esta mesma experiência de vida, já que o isolamento dos mesmos ou o agrupamento com seus semelhantes podem ter interferências distintas no seu cotidiano nas cidades e, conseqüentemente, na mobilidade existente.

4.3.4. Migração, mobilidade, políticas públicas e serviços assistencialistas

As políticas públicas são pontos em comum tratados em todos os trabalhos analisados. De Haan (1999) pontuou a importância das políticas para contribuir positivamente para a subsistência das pessoas, Portes (2009) expôs que as nações mais avançadas deveriam auxiliar na criação de infraestrutura nos países de origem, para que os migrantes sejam motivados a retornar e permanecer no seu local de origem e Haas (2010) observou o papel primordial do Estado para implementar reformas sociais e econômicas que incentivem o desenvolvimento em geral, obrigando os migrantes a investir e/ou retornar aos países de origem.

Portes (2009) e Haas (2010) pontuaram a importância de organizações transnacionais para a migração. Ambos os autores reconhecem que estas organizações é um meio no qual o migrante poderá continuar tendo vínculo com sua sociedade de origem, facilitando a realização de remessas ou, até mesmo, um possível retorno do migrante. Contudo, eles destacaram o aumento da criminalidade relacionado a migrantes que não possuem acesso à infraestrutura adequada. De Haan (1999) vai até além ao expor a xenofobia e as visões negativas que estes indivíduos precisam passar por parte de alguns nativos.

De uma forma geral, é possível perceber a importância das políticas públicas para a migração, sendo que Carling, Czaika e Erdal (2020) observaram tanto a necessidade de estar avaliando estas políticas públicas de forma empírica e adequada, como também que estas políticas podem ter caracteres distintos de atração e repelência de migrantes, podendo ser seletivas na hora de selecionar mão de obra mais qualificada ou, até mesmo, eticamente questionáveis por incentivarem a existência de movimentos ilegais. As redes e instituições relacionadas à migração são essenciais para reduzir os custos da migração e atuarem nas diferenças estruturais entre origem e destino (GUILMOTO; SANDRON, 2001).

Além desta revisão clássica da literatura, é possível mencionar os trabalhos já citados que abordam a necessidade desta população em ter mais acesso à educação (SOUZA; VIEIRA, 2021; BRITO; BELUZZO; ALMEIDA JUNIOR, 2021), à saúde (ZUIM; TRAJMAN, 2018; BORYSOW; CONILL; FURTADO, 2017), local para dormir (NASSER, 2018) e alimentação (GURGEL *et al.*, 2020). Pensando nisso, é possível observar que existe uma mobilidade desta população por estes espaços de assistência e o papel de redes para diminuir tais diferenças, sendo necessário realizar um mapeamento e especificar a existência de um planejamento nestas trajetórias. Fora isso, ainda existe a demanda desta população por serviços relacionados ao saneamento básico, como por exemplo, a busca por água potável ou um local para poder se higienizar. Dessa forma, faz-se necessário a realização de estudos que investiguem a espacialidade desta população para a construção de políticas públicas e serviços assistencialistas que atendam suas principais demandas e os tornem mais resilientes e capazes de sair desta situação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de conteúdo realizada contribuiu para demonstrar a defasagem de estudos demográficos que estivessem relacionados com a população em situação de rua. No que tange termos de migração e mobilidade, os estudos encontrados são majoritariamente de natureza qualitativa e realizados por pesquisadores da área da saúde. Isso demonstra a dificuldade de encontrar informações quantitativas sobre esta população e, de certa forma, a falta de demógrafos que trabalham com esta população extremamente vulnerável. Assim, sugere-se que um novo olhar da demografia sobre o tema, que possui grande relevância em termos sociais, econômicos e de planejamento ambiental e urbano.

Como forma de visualizar a importância de realização de estudos demográficos na área, foi proposta uma agenda de pesquisa com tópicos distintos. Apesar de estar apresentada de forma sucinta, os trabalhos futuros a serem realizados apresentam elevado grau de complexidade devido às diversas nuances e facetas pelas quais a singularidade desta população percorre. Por ser uma população extremamente heterogênea e vulnerável, existe uma dificuldade de realizar de trabalhos na área, no entanto, tais dificuldades devem ser superadas com o objetivo de debater soluções e políticas viáveis para estes indivíduos.

No que tange as perguntas centrais propostas para a análise de conteúdo, nota-se que tanto a migração quanto a mobilidade são fatores que interferem nesta população. A migração está diretamente atrelada à busca por uma melhor condição de vida e a consequente falta de oportunidades no local de destino. Já a mobilidade no meio urbano pode estar associada a vários fatores distintos, sendo que muitos deles possuem impacto direto na saúde destes indivíduos. Assim, faz-se necessária a realização de novos estudos na área.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. M.; IRIART, J. A. B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 115-124, jan. 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BLACK, R.; ADGER, W. N.; ARNELL, N. W.; DERCON, S.; GEDDES, A.; THOMAS, D. The effect of environmental change on human migration. **Global Environmental Change**, [s.l.], v. 21, p. S3-S11, dez. 2011.

BORYSOW, I. da C.; CONILL, E. M.; FURTADO, J. P. Atenção à saúde de pessoas em situação de rua: estudo comparado de unidades móveis em Portugal, Estados Unidos e Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 879-890, mar. 2017.

BOTTIL, N. C. L.; CASTRO, C. G.; FERREIRA, M.; SILVA, A. K.; OLIVEIRA, L. C.; CASTRO, A. C. H. O. A.; FONSECA, L. L. K. Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v.1, n.2, out.-dez. 2009.

BRITO, T. R. de; BELLUZZO, R. C. B.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. A mediação da informação no resgate da visibilidade e dignidade dos vulneráveis: o caso das pessoas em situação de rua. **Em Questão**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 323-345, 26 mar. 2021.

CAMPOS, D. A. de; MORETTI-PIRES, R. O. Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 1-16, 11 jun. 2018.

CARLING, J., CZAICA, M.; ERDAL, M. B. Translating migration theory into empirical propositions. **QuantMig Project Deliverable**, 2020.

- CARRICONDE, R. Refugiados urbanos em trânsito permanente: efeitos menos visíveis da produção de uma cidade olímpica. **Historia y Sociedad**, [s.l.], n. 39, p. 82-104, 1 jul. 2020.
- CARTIER, R.; BARCELLOS, C.; HÜBNER, C.; PORTO, M. F. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, dez. 2009.
- CONSULTA, SELEÇÃO E EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO CADÚNICO. CECAD. **Explorar dados > Séries históricas**. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/index4.php>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- DE HAAN, A. Livelihoods and poverty: the role of migration - a critical review of migration literature. **Journal of Development Studies**, [s.l.], v. 36, n. 2, p. 1-47, 1999.
- FILGUEIRAS, C. A. C. Invisíveis e hipervisíveis: moradores de rua no espaço público urbano, midiático e político no Brasil. **Revista Colombiana de Sociología**, [s.l.], v. 43, n. 2, p. 109-127, 1 jul. 2020.
- FREITAS, C. J. de; JUSTO, J. S.; PERES, W. S. Nômades, Errantes e Queering: ou da estranheza de se tornar estranho. **Revista Ártemis**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 108-119, 12 jan. 2018.
- GUILMOTO, C. Z.; SANDRON, F. The internal dynamics of migration networks in developing countries. **Population: An English Selection**, [s.l.], v. 13, [s.n.], p. 135-64, 2001.
- GURGEL, A. do M.; SANTOS, C. C. S. dos; ALVES, K. P. de S.; ARAUJO, J. M. de; LEAL, V. S. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 25, n. 12, p. 4945-4956, dez. 2020.
- HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Review**, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.
- HARBISON, S. F. Family structure and family strategy in migration decision making. In: JONG, G. F. de; GARDNER, R. W. (eds). **Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries**. New York: Pergamon Press, 1981.
- JABUR, P. de A. C.; CAMPOS, I. de O.; SOUZA, T. R. de; PAULA, L. B. de. Migração e situações de rua: o uso do álcool nas ruas de Brasília. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR**, [s.l.], v. 22, [s.n.], p. 125-133, 2014.
- JABUR, P. de A. C.; CONCEIÇÃO, C. H. O. da; SILVA, J. M. da. Pelos cantos da capital: migração e vida nas ruas em Brasília. **Illuminuras**, [s.l.], v. 16, n. 37, p. 191-211, 29 jan. 2015.
- JORNAL ESTADO DE MINAS GERAIS. **BH deve fazer censo de população de rua**. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/02/23/interna_gerais,1347206/bh-deve-fazer-censo-da-populacao-de-rua.shtml. Acesso em: 21 abr. 2022.
- KING, R.; SKELDON, R.; VULLNETARI, J. Internal and international migration: bridging the theoretical divide, **Sussex Centre for Migration Research, University of Sussex**, Working Paper n. 52, dec. 2008.
- KULU, H.; MILEWSKI, N. Family change and migration in the life course: an introduction. **Demographic Research**, [s.l.], v. S6, n. 19, p. 567-590, 2007.
- LANCELOTTI, J. Padre Julio Lancellotti critica censo: "Mostra um dado abaixo do real". [Entrevista concedida a] Fernanda Trigueiro. **SBT News**, [s.l.], [s.n.], [s.p.], jan. 2022. Disponível

em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/brasil/194521-padre-julio-lancellotti-critica-censo-mostra-um-dado-abaixo-do-real>. Acesso em: 16 maio 2022.

MINCER, J. Family migration decisions, **Journal of Political Economy**, v. 86, p. 749-773, out. 1978.

NARDES, S.; GIONGO, C. R. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 29, n. 1, p. 1-13, 2021.

NASSER, M. M. S. Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na cracolândia de são paulo. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 24, n. 50, p. 243-270, abr. 2018.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 03 fev. 2022

NAUMAN, E.; VAN LANDINGHAM, M; ANGLEWICZ, P. (2016). Migration, urbanization and health. *In*: White, M. International handbook of migration and population distribution. New York NY: Springer, p. 451-463, 2016.

OLIVEIRA, L. V. e; COELHO, A. A.; SALVADOR, P. T. C. de O.; FREITAS, C. H. S. de M. Muros (in)visíveis: reflexões sobre o itinerário dos usuários de drogas no brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 29, n. 4, p. 1-19, 2019.

OLIVEIRA, F. B. de; COSTA, S. L. da. Entre a rua e o abrigo: reorganização do cotidiano. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR**, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 347-355, 2015.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte/MG. **3º Censo de População em Situação de Rua e Migrantes em Belo Horizonte**. 2014.

PORTES, A. Migration and development: reconciling opposite views. **Ethnic and Racial Studies**, [s.l.], v. 32, n. 1, p. 5-22, 2009.

ROBAINA, I. M. População em situação de rua e vida cotidiana: algumas considerações geográficas. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, [s.l.], n. 11, p. 59-73, 10 jul. 2018.

ROSA, A. S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; BRÊTAS, A. C. P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 576-582, jul.-ago. 2005.

SATO, M. T.; BARROS, D. D. Cultura, mobilidade e direitos humanos: reflexões sobre terapia ocupacional social no contexto da política municipal para população imigrante. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 91-103, 2016.

SIMÃO, A. B.; MIRANDA-RIBEIRO, P.; GUEDES, P. P.; AMARAL, C. C. S.; GOMES, M. C. O que podemos aprender sobre a conexão entre gênero e raça lendo a Relap e a Relep?. *In*: IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Poblacion, 2020, Chile. El rol de los estudios de población tras la pandemia de COVID-19 y el desafío de la igualdad en América Latina y el Caribe, 2020.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, p. 29-60, 1975.

SKELDON, R. Migration transitions revisited: their continued relevance for the development of migration theory. **Population, Space and Place**, v. 18, n. 2, p. 154-166, 2012.

SMADSSP. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP. **Produto IX – Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico**. 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf. Acesso em: 16 maio 2022.

SMADSSP. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP. **Produto V – Relatório Completo do Censo**. 2021. Disponível em: https://qualitestct-my.sharepoint.com/personal/qualitestct_qualitestct_onmicrosoft_com/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021%2FProduto5%5FSMADS%5FP%5F2021%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021&ga=1. Acesso em: 16 maio 2022.

SOUZA, K. C. D. de; VIEIRA, M. C. Narrativas e direitos humanos. **ETD - Educação Temática Digital**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 212-230, 17 fev. 2021.

WOOD, C. H. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. **International Migration Review**, v. 16, n. 2, Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research. (Summer, 1982), 1982.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition, **Geographical Review**, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.

ZUIM, R. C. B.; TRAJMAN, A. Itinerário terapêutico de doentes com tuberculose vivendo em situação de rua no Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 1-19, 13 ago. 2018.